

*Aprovada na Reunião Plenária do CBH Manhuaçu realizada em 15/03/2019*

**ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH MANHUAÇU**

1  
2 No dia 05 de fevereiro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, no Salão do Centro de Referência de  
3 Assistência Social (CRAS), localizada na Avenida Sílvia Araújo, 38, Centro – Alvarenga/MG, teve início  
4 a 39ª Assembleia Ordinária do CBH Manhuaçu. Inicialmente, a dupla Roney e Adair realizou a  
5 apresentação “Filhos da Terra”, que em suas falas ressaltaram a importância do trabalho realizado pelo  
6 Comitê de Bacia, a importância da água e do ambiente para a vida. Em seguida apresentaram uma  
7 canção, por eles composta, sobre a cidade de Alvarenga e o ambiente. Em seguida, foi passada a  
8 palavra ao Sr. Genilson Tadeu da Silva, Vice-Presidente do CBH Manhuaçu que informou sobre a  
9 ausência do Sr. Senisi Rocha, Presidente do CBH e cumprimentou o Prefeito de Alvarenga,  
10 aproveitando a oportunidade para agradecê-lo pela receptividade. Informou sobre a pauta estar  
11 extensa, mas que tratarão de forma objetiva. Agradeceu a presença de todos. Em seguida foi passada a  
12 palavra ao Sr. Diocelino Ribeiro, Prefeito de Alvarenga, que cumprimentou todos representantes da mesa  
13 e demais presentes. Falou da satisfação de receber a reunião no município e a importância do trabalho  
14 dos membros do CBH, que inclusive trouxe conquistas ao município, junto com a Secretaria Municipal  
15 de Meio Ambiente, como a proteção de nascentes. O Sr. Eduardo Rodrigues, representante do IGAM,  
16 cumprimentou todos e agradeceu a recepção. Desfeita a mesa de autoridades, foi passada a palavra ao  
17 Sr. José Araújo de Souza, pesquisador, que realizou a apresentação sobre o histórico de formação da  
18 região de Alvarenga. Finalizada a apresentação o mesmo informou que os membros do CBH  
19 receberiam de brinde o livro A Conquista do Cuieté, de sua autoria. Para condução da 39ª Assembleia  
20 Ordinária do CBH Manhuaçu foi dada a palavra ao Sr. Genilson. O Vice-Presidente do CBH passou  
21 para o ponto de pauta referente à existência de quórum, sendo que a conferência e confirmação foram  
22 realizadas pela Sra. Flávia Raposo, Secretária Executiva Adjunta. A Secretária ainda informou que a ata  
23 da 38ª Assembleia Ordinária, realizada no dia 06/11/2018, foi encaminhada com a devida antecedência  
24 para os membros do CBH e que serão lidos apenas alguns tópicos de forma resumida. O Sr. Eduardo,  
25 representante do IGAM, informou que sugere aos comitês nas reuniões que participa, para que os  
26 pedidos dos membros de alterações nas atas fossem encaminhados com antecedência, visando dar  
27 uma maior celeridade no ponto de pauta. A Sra. Flávia afirmou que tal procedimento já é realizado no  
28 CBH e que somente resumem os fatos discutidos na Assembleia anterior para auxiliar os membros a  
29 recordarem os assuntos anteriormente tratados. Sr. Genilson agradeceu a sugestão do Sr. Eduardo e  
30 pediu aos membros que sempre realizem suas considerações assim que receberem os documentos.  
31 Em seguida, colocada em regime de votação, o documento foi aprovado de forma unânime pelos  
32 conselheiros. A Sra. Flávia Raposo passou a palavra ao Sr. Haruf Salmen Espíndola para realização de  
33 palestra sobre o livro “Sertão do Rio Doce”, prevista em pauta. O mesmo explicou sobre as  
34 características e a ocupação da região da Bacia do Rio Doce. Finalizada a apresentação, o Sr. Haruf  
35 agradeceu a todos. A Sra. Isaura Paixão, Secretária Executiva do Comitê, parabenizou o Sr. Saulo,

*Aprovada na Reunião Plenária do CBH Manhuaçu realizada em 15/03/2019*

36 representante da Prefeitura pela iniciativa de solicitar que a Assembleia fosse realizada no município.  
37 Disse que o CBH fica muito satisfeito por estar uma reunião cheia mesmo sabendo das dificuldades de  
38 deslocamento de cada um. A reunião foi suspensa para almoço 12h40 e retomou às 14h00. Após o  
39 almoço, o Sr. Senisi Rocha, Presidente do CBH, deu início ao restante da pauta, falou das Assembleias  
40 itinerantes realizadas pelo CBH e a importância das mesmas para terem conhecimento das regiões e  
41 problemas da Bacia. Passada a palavra ao Sr. Saulo Soares, o mesmo tratou do ponto de pauta sobre a  
42 sua participação no XX ENCOB, realizado em Florianópolis, entre os dias 20 a 24 de agosto de 2018. O  
43 tema do evento foi Os Desafios dos Comitês de Bacia Hidrográfica na Terceira Década da Política  
44 Nacional de Recursos Hídricos. Explicou os objetivos do evento, principalmente a integração entre os  
45 comitês, além disto, apresentou alguns dados de participação dos CBHs. Em seguida, passou-se para  
46 os informes sobre o processo de outorga 05762/2007, da PCH Benjamin Mário Batista, de Reduto-MG,  
47 submetido à apreciação do CBH Manhuaçu. A Sra. Flávia Raposo passou a palavra ao Prof. Jairo  
48 Oliveira, analista ambiental da SUPRAM, para falar a respeito do processo de outorga 05762/2007 da  
49 PCH Benjamin Mário Batista, de Reduto-MG. O representante da SUPRAM informou que está em  
50 análise o processo de licenciamento de renovação da licença da Hidrelétrica Benjamin Mário Batista,  
51 que estava na FEAM e foi repassado à SUPRAM. De acordo com o mesmo, o IGAM delega a  
52 competência a SUPRAM para avaliar as outorgas, sendo que esta deve emitir parecer técnico-jurídico,  
53 conforme as determinações das legislações. Reforçou que a os comitês possuem sessenta dias para  
54 apresentar sua decisão, favorável ou não, por meio de suas câmaras técnicas, contados a partir do  
55 momento de recebimento pelo CBH. Além disto, explicou que a ANEEL exige das empresas a  
56 apresentação licença prévia em respeito às exigências da legislação ambiental e de recursos hídricos.  
57 Enfatizou novamente que é competência dos comitês de bacia a avaliação das outorgas de grande  
58 porte, assim consideradas aquelas que atuam acima de cinco mega de potência. O analista da  
59 SUPRAM apresentou aos membros diversas características da PCH Benjamin Mário Batista, e que a  
60 mesma atualmente possui nove mega de potência. De acordo com representante da SUPRAM, a  
61 hidrelétrica em questão está instalada há alguns anos e na época foram liberadas pela FEAM algumas  
62 características que atualmente não seriam liberadas, no entanto, não teria como mudar. A Usina atua a  
63 fio d'água e solicita a vazão de 15,1 para atuar em seu potencial máximo, sendo nove megas. Fato que  
64 ocorre apenas em 15% do tempo, de acordo com a fala do analista. Em suas considerações finais  
65 informou que a equipe técnica da SUPRAM sugere a aprovação do processo de outorga com algumas  
66 condicionantes, como a realização de relatório mensal da medição da vazão, monitoramentos e a  
67 manutenção da vazão do projeto. O Sr. Senisi Rocha, abriu espaço para questionamentos dos  
68 membros da Plenária, enfatizando que se trata de um processo novo para o Comitê, pois é a primeira  
69 vez em quinze anos que irão apreciar um pedido de outorga. Explicou que o processo de outorga foi  
70 inicialmente remetido para a Agência de Bacia para que a mesma realizasse uma avaliação e emitisse  
71 um parecer prévio. Informou ainda que no final de 2018 foi realizada uma Deliberação Normativa *ad*

*Aprovada na Reunião Plenária do CBH Manhuaçu realizada em 15/03/2019*

72 referendun sobre o processo nº 16.514/2011, referente a pleito de outorga para aproveitamento  
73 hidrelétrico da CEMIG Geração Leste S.A. (PCH Sinceridade), sendo que considerou uma falha o  
74 assunto não ter sido trazido para discussão nesta Plenária. No entanto, planeja trazer o assunto para  
75 discussão na próxima reunião. O Sr. Eduardo Araújo, representante do IGAM, esclareceu que a  
76 Deliberação Normativa CERH nº 31/2009 foi que estabeleceu os critérios para liberação de outorgas de  
77 uso de recursos hídricos para empreendimentos de grande porte. O representante do órgão gestor  
78 chamou atenção para a realização do curso de capacitação de conselheiros realizados pelo IGAM.  
79 Informou que abrirá nova turma, sendo que o curso é realizado em plataforma online, sendo seu  
80 objetivo orientar sobre os papéis dos conselheiros, inclusive a respeito da análise de pedidos de outorga  
81 de grande porte. O Sr. Eduardo informou quando remetido ao CBH é analisado o parecer da SUPRAM,  
82 que contém as principais características do empreendimento e estudos que foram feitos, sendo que na  
83 maioria das vezes somente são repassados aos CBHs apenas quando existe a possibilidade de  
84 atendimento das exigências legais. Os conselheiros dos CBHs devem receber o processo, encaminhá-  
85 lo à agência de bacia ou entidade a ela equiparada, neste caso, o Instituto BioAtlântica, que deve emitir  
86 um parecer técnico a respeito da análise do parecer da SUPRAM relacionado com o Plano de Bacia  
87 (artigo 4º). Devem ser verificadas algumas exigências contidas nos incisos do mencionado artigo, como  
88 as prioridades de uso estabelecidas nos Planos Diretores de Recursos Hídricos ou em deliberação dos  
89 comitês; a classe de enquadramento do corpo de água; a manutenção de condições adequadas ao  
90 transporte hidroviário, quando for o caso; e, a necessidade de preservação dos usos múltiplos,  
91 explicitada em deliberações dos respectivos comitês. Explicou que o Comitê precisa ter deliberações  
92 sobre os usos e prioridades para que possa justificar algum indeferimento de pedido constante nos  
93 processos de outorga, o que não possui atualmente. Portanto, após a explicação dos quesitos citados e  
94 com relação ao processo apresentado, o Sr. Eduardo informou que tais quesitos não estão sendo  
95 desrespeitados. Retomada à palavra ao Sr. Senisi Rocha o mesmo agradeceu pelas explicações  
96 cristalinas do Sr. Eduardo. Ressaltou que o empreendimento em questão o aflige há alguns anos, pois  
97 reside próximo ao empreendimento. Destacou que perante a norma não há nenhum quesito que  
98 justifique o impedimento da renovação do processo, mas que o CBH Manhuaçu deve se atentar para  
99 outras questões, como as socioambientais. O Sr. Antoniel, representante da empresa Brookfield,  
100 proprietária da PCH Benjamim, informou que a vazão utilizada é de 0,32 metros cúbicos por segundo,  
101 sendo que a mesma foi estabelecida no âmbito do licenciamento, avaliada pelo órgão fiscalizador. A  
102 PCH Benjamim iniciou a operação em 2001, sendo que em 1954 existia a PCH Sinceridade. Quando  
103 questionado pelo Sr. Senisi, a respeito de uma possibilidade de melhor vazão do rio e das mudanças  
104 das leis e condicionantes, o representante da empresa informou sobre a existência da resolução que  
105 trata da manutenção de 50% da Q 7,10, mas, em contrapartida, existe a Resolução 1.768/2012 que  
106 permite o órgão ambiental nesses casos anteriores à própria lei, mantenha as condições já aprovadas.  
107 O empreendedor tem a opção junto à ANEEL de manter as obrigações que já foram concedidas. O Sr.

*Aprovada na Reunião Plenária do CBH Manhuaçu realizada em 15/03/2019*

108 Wagner, também representante da empresa Brookfield, esclareceu que o empreendimento foi  
109 licenciado à época com base do que existia na legislação anterior. Explicou questões relativas à vazão.  
110 De acordo com o mesmo a ANEEL exige e cobra a garantia de geração de energia por parte dos  
111 empreendimentos hidrelétricos independente de fatores naturais. A Sra. Flávia Raposo fez alguns  
112 questionamentos sobre a empresa aos seus representantes, que foram prontamente respondidos pelo  
113 Sr. Wagner. O Sr. Gessé Souza, membro do Comitê, relatou sua preocupação sobre as obrigações de  
114 garantia de geração de energia impostas pela ANEEL e que entende que tal questão deve ser  
115 questionada, visto que as questões naturais não são controláveis. O Sr. Eduardo solicitou ao Sr.  
116 Wagner, representante da empresa, que explicasse aos membros sobre trecho de vazão reduzida. De  
117 acordo com o representante do IGAM parece que estavam entendendo que o rio está sem água, no  
118 entanto é importante entender o que é e que tal trecho de vazão reduzida existe em todas as usinas,  
119 sendo maiores nas usinas mais antigas. O Sr. Wagner explicou que existem usinas hidrelétricas onde  
120 existem as barragens e as casas de força próximas ou a barragem num local e a casa de força abaixo  
121 por questões geográficas, de queda, etc. No caso da PCH em questão a barragem fica em um local e a  
122 casa de força fica abaixo do rio, cerca de 1km, sendo que leva-se a água por meio de túnel escavado. O  
123 trecho de vazão reduzida é o pedaço do rio original entre a barragem até ela se encontrar com a casa  
124 de força. O representante apresentou as fotos do empreendimento. Ressaltou que a PCH não consome  
125 a água, pois a mesma retorna para o curso hídrico. O Sr. Senisi destacou sobre a necessidade de uma  
126 conversa da Diretoria do CBH com a empresa para tratar das características e negociações relativas às  
127 questões socioambientais. Lembrou-se que na época do licenciamento, participou de reunião, quando  
128 membro do CODEMA momento em que ficou estabelecido que a empresa cedesse espaço para  
129 realização de atividades de educação ambiental a uma ONG de pescadores e que nunca soube que o  
130 local teve essa utilidade. O Sr. Wagner, da Brookfield, lembrou que se tratava de atividade de  
131 pescadores, mas que a empresa atual comprou o empreendimento e somente após algum tempo tomou  
132 conhecimento do comodato ou doação para tal fim. Mas não sabe a que ponto a empresa pode intervir  
133 nesta questão. O Sr. Eduardo, representante do IGAM, ressaltou que os apontamentos do Sr. Senisi  
134 são questões que afligem qualquer comunidade e pontos importantes que a empresa se detém nesses  
135 pontos a qualquer momento, mas é importante lembrar que não é competência do Comitê, pois existe o  
136 fórum adequado para tais questões, referentes ao licenciamento ambiental, seja no COPAM ou  
137 CODEMA, liberação do município, os membros do CBH podem intervir em qualquer momento do  
138 processo. Já o Comitê da Bacia, como possui caráter deliberativo, propositivo e consultivo, pode  
139 consultar a SUPRAM sobre questões polêmicas, como o preço de vazão reduzida, propor a empresa  
140 questões relativas apenas à esfera de recursos hídricos. As questões relativas a meio ambiente e vias  
141 públicas, não são da esfera da gestão do CBH, mas são do CODEMA e COPAM. A Sra. Flávia disse  
142 que acredita que tais questões devem ser levantadas sim pelos comitês de bacia, repassadas aos  
143 órgãos competentes para verificação. Questionado pelo Sr. Benilde Madeira membro do CBH sobre o

*Aprovada na Reunião Plenária do CBH Manhuaçu realizada em 15/03/2019*

144 período da piracema, o representante da empresa, Sr. Wagner informou que existe a monitoramento de  
145 ictiofauna, desde 2001, e que existe uma segregação das espécies abaixo e acima, e que as  
146 transposições de peixes são importantes para garantir a variabilidade genética dos peixes, sendo  
147 transposições manuais. De acordo com especialistas não há necessidade de tal transposição, existindo  
148 fundamentos técnicos para tal. O representante propôs uma maneira de ter um portal de acesso a todos  
149 os licenciamentos, o que está sendo proposto, pois não há como dar opinião em algo que não conhece.  
150 O Sr. Eduardo Araújo, representante do IGAM, ressaltou que barragem de hidrelétrica não são eventos  
151 naturais que acontecem para favorecer o rio, são empreendimentos humanos considerados de grande  
152 porte e impacto ambiental e devem ser analisados no processo de licenciamento ambiental vários  
153 aspectos, e ainda a análise da outorga de uso da água, visando o menor impacto possível e compensar  
154 e mitigar da melhor maneira possível. O Sr. Senisi agradeceu ao Sr. Eduardo pelos ensinamentos e os  
155 representantes da empresa pelas informações prestadas. Foram realizadas alterações e exclusões de  
156 alguns pontos de pauta pela Diretoria do CBH, com o consentimento da Plenária. Dando seguimento, o  
157 Sr. Saulo Soares, tratou sobre a sua dissertação de mestrado sobre estudo de microzoneamento da  
158 Bacia do Ribeirão Alvarenga. Pediu a colaboração dos membros neste estudo para que repassem  
159 dados, levantamentos e características dos municípios. O Sr. Senisi Rocha solicitou a atenção e o auxílio  
160 dos representantes neste ponto, para auxiliar o Sr. Saulo neste estudo. Em seguida foi dada a palavra  
161 ao Sr. Miqueias Donde, representante do Instituto BioAtlântica – IBIO, que fez apresentação sobre a  
162 sustentabilidade da Agência de Bacia. O representante falou do trabalho realizado pelos comitês, que  
163 são a força motriz do sistema. Explicou que por não terem personalidade jurídica os comitês necessitam  
164 da Agência de Bacia para realizar suas contratações, projetos, etc. Falou dos contratos de gestão  
165 firmados pelo Instituto BioAtlântica com a Agência Nacional de Águas – ANA, no âmbito federal, e no  
166 âmbito estadual, contrato com o Instituto Mineiro de Gestão de Águas – IGAM. Falou também sobre os  
167 aportes repassados à agência e os momentos críticos vividos a partir de 2016, que impossibilitaram as  
168 continuidades dos repasses extras por parte da ANA e ainda atrasos do Estado de Minas Gerais,  
169 necessidade de redução da equipe e demais reflexos que influenciam até hoje no atendimento aos  
170 comitês (secretaria executiva e programas e projetos). Explicou a situação atual da agência, informando  
171 que caso não houver garantia de repasses dos contratos, principalmente estadual, até junho e julho  
172 serão iniciadas as medidas para fechamentos de prestações de contas e possível entrega dos  
173 contratos. Em seguida passou-se para a definição da indicação de membros para a Câmara Técnica de  
174 Integração - CTI do CBH Doce. Pelo segmento dos usuários ficou indicado o Sr. Hudson, do SAAE  
175 Reduto, e, pelo Poder Público, indicou-se o Sr. Saulo. Em relação aos assuntos gerais, o Sr. Áureo  
176 Adriano, do CISAB Zona da Mata, falou sobre os Planos Municipais de Saneamento Básico, informando  
177 que é necessária a continuidade dos trabalhos. Informou que foi feita pesquisa e que os Planos estão  
178 vencendo, e, portanto, é necessário que o CBH verifique tal situação. O Sr. Senisi complementou  
179 informando que o CBH investiu mais de 1,5 milhão nos planos e que é necessário retomar o assunto,



*Aprovada na Reunião Plenária do CBH Manhuaçu realizada em 15/03/2019*

180 verificando como anda a situação em cada um dos municípios, etc. A Sra. Maria Fátima de Souza Lima,  
181 secretária de Educação, em nome do prefeito de Alvarenga/MG, agradeceu a presença de todos os  
182 membros e participantes da Assembleia. Não havendo mais assuntos a tratar, o presidente do Comitê,  
183 Senisi Rocha, agradeceu a presença de todos e encerrou a 39ª Assembleia Ordinária do CBH  
184 Manhuaçu. Assina esta ata:

185  
186  
187 

188 **Senisi de Almeida Rocha**  
Presidente do CBH Manhuaçu